

Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência

Virgínia Kastrup¹

Raquel Guerreiro²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.66795>

Resumo: As narrativas acadêmicas e não acadêmicas sobre pessoas com diferentes tipos de deficiência são ainda fortemente marcadas pelas ideias de falta e de déficit. O apagamento das narrativas produzidas a partir da experiência da deficiência, tanto no campo da cultura quanto nas produções acadêmicas, aponta que a sociedade valoriza determinadas experiências, consideradas normais, em detrimento de outras. O capacitismo ainda predomina em grande parte das pesquisas sobre deficiências. O objetivo do presente artigo é discutir o problema das narrativas pautadas na experiência da deficiência. A narrativa da escrita acadêmica ganha destaque na discussão, bem como a possibilidade do acesso à experiência por meio da composição de diferentes pessoas que pesquisam, com e sem deficiência. O artigo analisa questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas da pesquisa em torno da deficiência, por meio da discussão do problema do capacitismo acadêmico e da corponormatividade compulsória. Num primeiro momento, aborda aspectos do percurso de pesquisa das autoras na condição de pesquisadoras videntes fazendo pesquisa com pessoas cegas. Partindo da política metodológica do PesquisarCOM, a pessoa com deficiência é considerada um sujeito ativo com o qual se faz pesquisa e não um objeto de pesquisa. Nessa direção, discute-se o uso de entrevistas de explicitação e as condições criadas para favorecer a produção da fala encarnada, de dentro da experiência dos entrevistados. Num segundo momento, a partir do surgimento da experiência da deficiência física de uma das pesquisadoras, o estudo analisa metodologias de escrita acadêmica de base feminista, em autoras como Rosemarie Garland-Thomson, Djamila Ribeiro e Stacy Simplicitan. Concluímos que, embora haja uma lacuna entre o modo de acesso à experiência, é frutífera a composição de recursos de pesquisadoras com e sem deficiência para a escrita acadêmica. Em ambos os casos, é fundamental criar condições para a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. É importante não homogeneizar as narrativas e apostar na potência do encontro de diferenças, sempre buscando articulações não-hierárquicas e não-capacitistas entre pessoas com e sem deficiência.

Palavras-chave: narrativa; deficiência; escrita acadêmica; experiência; capacitismo.

¹ Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: virginia.kastrup@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9101-328>.

² Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia e Orientação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: raquel.guerreiro.psi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8708-9068>.

Recebido em 28/02/2025, aceito para publicação em 28/08/2025.

Disability narratives: issues regarding academic writing from experience

Abstract: Academic and non-academic narratives about people with different types of disabilities are still strongly marked by ideas of lack and deficit. The erasure of narratives produced from the experience of disability, both in the cultural field and in academic productions, indicates that society values certain experiences, considered normal, to the detriment of others. Ableism still predominates in much of the research on disabilities. The aim of this article is to discuss the problem of narratives based on the experience of disability. The narrative of academic writing is highlighted in the discussion, as well as the possibility of accessing experience through the composition of researchers with and without disabilities. The article analyzes theoretical, methodological, ethical, and political issues in research around disability, through the discussion of the problem of academic ableism and compulsory able-bodiedness. Initially, it addresses aspects of the research journey of the authors as sighted researchers conducting research with blind individuals. Based on the methodological policy of ResearchWITH, the person with a disability is considered an active subject with whom research is conducted, rather than an object of research. In this direction, it discusses the use of explicitation interviews and the conditions created to favor the production of embodied speech from the experience of the interviewees. In a second moment, arising from the emergence of the physical disability experience of one of the researchers, the study analyzes feminist-based academic writing methodologies in authors such as Rosemarie Garland-Thomson, Djamila Ribeiro, and Stacy Simpican. We conclude that, although there is a gap in the way of accessing experience, the composition of resources from researchers with and without disabilities for academic writing is fruitful. In both cases, it is essential to create conditions for the production of narratives from the experience of disability. It is important not to homogenize narratives and to invest in the power of encountering differences, always seeking non-hierarchical and non-ableist articulations between people with and without disabilities.

Keywords: narrative; disability; academic writing; experience; ableism.

Narrativas de la discapacidad: cuestiones sobre la escritura académica a partir de la experiencia

Resumen: Las narrativas académicas y no académicas sobre personas con diferentes tipos de discapacidad aún están fuertemente marcadas por las ideas de falta y de déficit. La eliminación de las narrativas producidas a partir de la experiencia de la discapacidad, tanto en el ámbito de la cultura como en las producciones académicas, señala que la sociedad valora determinadas experiencias, consideradas normales, en detrimento de otras. El capacitismo aún predomina en gran parte de las investigaciones sobre discapacidades. El objetivo del presente artículo es discutir el problema de las narrativas basadas en la experiencia de la discapacidad. La narrativa de la escritura académica cobra protagonismo en la discusión, así como la posibilidad de acceso a la experiencia a través de la composición de diferentes personas que investigan, con y sin discapacidad. El artículo analiza cuestiones teóricas, metodológicas, éticas y políticas de la investigación en torno a la discapacidad, mediante la discusión del problema del capacitismo académico y de la corponormatividad compulsoria. En un primer momento, aborda aspectos del recorrido de investigación de las autoras en calidad de investigadoras videntes realizando investigación con personas ciegas. Partiendo de la política metodológica de InvestigarCON, la persona con discapacidad es considerada un sujeto activo con el que se investiga y no un objeto de investigación. En esta dirección, discute el uso de entrevistas de explicitación y las condiciones creadas para favorecer la producción del habla encarnada, desde la experiencia de los entrevistados. En un segundo momento, a partir del surgimiento de la experiencia de discapacidad física de una de las investigadoras, el estudio analiza metodologías de escritura académica de base feminista, en autoras como Rosemarie Garland-Thomson, Djamila Ribeiro y Stacy Simpican. Concluimos que, aunque existe una brecha entre la forma de acceso a la experiencia, es fructífera la composición de recursos de investigadoras con y sin discapacidad para la escritura académica. En ambos casos, es fundamental crear condiciones para la producción de narrativas a partir de la experiencia de la discapacidad. Es importante no homogeneizar las narrativas y apostar en la potencia del encuentro de diferencias, siempre buscando articulaciones no jerárquicas y no capacitistas entre personas con y sin discapacidad.

Palabras clave: narrativa; discapacidad; escritura académica; experiencia; capacitismo.

Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência

O problema que move a escrita deste artigo é a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. Tais narrativas podem ser orais ou escritas, resultantes ou não de pesquisas acadêmicas, e contribuem para a compreensão das maneiras de perceber e de viver das pessoas com deficiência na relação com o mundo. Falamos em escrita acadêmica “a partir da experiência”, em lugar de escrita “sobre a experiência”, que traria a ideia da experiência como um objeto frente a um sujeito. Evitando a referência implícita ao modelo da representação, optamos por falar em escrita a partir da experiência. Não utilizamos narrativa “da experiência”, pois a expressão poderia levar a uma ideia de individualização e mesmo uma privatização da mesma: por exemplo, “quero falar da minha experiência”. Propondo a ideia de escrita a partir da experiência, buscamos ressaltar a importância da dimensão coletiva da

narrativa da pessoa com deficiência, o “a partir” guardando o sentido de abertura para a conexão com outras narrativas, que podem com ela entrar em composição.

De saída, é necessário situar a nossa própria narrativa na redação deste artigo. Somos duas pesquisadoras videntes que percorremos um longo caminho de pesquisa no campo da psicologia cognitiva da deficiência visual. A dada altura, uma de nós tornou-se uma mulher com deficiência física e começou a afirmar-se como tal. A partir daí, a experiência direta da deficiência passou a fazer parte de sua narrativa, que foi potencializada pelo encontro, articulação e trocas de experiência com outras mulheres com deficiência. Quando o lugar da pesquisadora é ocupado por um corpo contra hegemônico, há um ponto de virada. Este ponto de virada levou-nos a olhar com mais atenção para a questão das

narrativas produzidas por corpos com e sem deficiência, que será discutida no presente estudo. Seria a deficiência condição necessária para a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência? O que dizer das narrativas de pesquisas sobre a deficiência realizadas por pessoas pesquisadoras sem deficiência? Seria a deficiência uma condição que garantiria a fala a partir da experiência? Seria a experiência algo individual ou comportaria uma dimensão coletiva? Seria possível a construção de um plano comum e compartilhado entre diferentes pessoas pesquisadoras, com e sem deficiência, sem recair na hierarquia de saberes e/ou em relações capacitistas? É possível antecipar que nossa aposta é na possibilidade de composição.

O objetivo deste artigo é discutir o problema das narrativas pautadas na experiência da deficiência. A narrativa da escrita acadêmica ganha destaque na discussão, bem como a possibilidade do acesso à experiência por meio da composição de diferentes pessoas que pesquisam, com e sem deficiência. A narrativa acadêmica comporta a escrita de artigos, livros, teses e dissertações, mas também a

transcrição de entrevistas e anotações de diários de campo. Neste contexto, analisaremos questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas da pesquisa em torno da deficiência. O presente estudo começa com uma breve discussão sobre o problema do capacitismo acadêmico e sobre o silenciamento de corpos não hegemônicos, ainda muito frequentes em pesquisas e textos acadêmicos. Abordaremos em seguida alguns aspectos de nosso percurso de pesquisa na condição de pesquisadoras videntes fazendo pesquisa com pessoas cegas. Buscaremos evidenciar os cuidados epistemológicos, éticos e políticos que adotamos ao tomar como base a política metodológica PesquisarCOM (Moraes, Kastrup, 2010), que difere das pesquisas "sobre", que tomam pessoas com deficiência como objetos de estudo. Em busca do acesso à narrativa da experiência da cegueira, discutiremos o uso que, enquanto pesquisadoras videntes, fizemos de entrevistas de explicitação (Vermersch, 2000) e as condições que buscamos criar para favorecer a produção por parte das pessoas entrevistadas da fala de dentro da experiência, ou seja, a fala

encarnada. Também salientamos o viés crítico e a relevância do conhecimento produzido por pessoas cegas que são pesquisadoras. Destacamos aqui o problema do verbalismo presente em narrativas de pessoas cegas pautadas na narrativa da experiência de pessoas videntes. Em seguida, apresentamos e discutimos metodologias de escrita acadêmica de base feminista a partir da experiência da deficiência. Neste caso, a deficiência aparece como marca não somente da experiência das pessoas que participam enquanto pesquisadas, mas também da experiência da própria pesquisadora. Pontuamos a importância deste tipo de escrita para a problematização do imaginário negativo da deficiência.

O capacitismo acadêmico e o silenciamento das narrativas de pessoas com deficiência

O termo capacitismo é a tradução em português do termo em inglês *ableism*, utilizado para descrever a discriminação com base na

deficiência. O *ableism* tem como base *able*, que significa apto ou capaz, e sublinha a existência de uma hierarquia dos corpos em função da sua capacidade (Mello, 2016). O capacitismo denota a opressão social sofrida pelas pessoas com deficiência e é atualmente um aspecto essencial da discussão proposta pelo modelo social da deficiência. Podemos dizer, resumidamente, que existem três perspectivas principais de compreensão da deficiência: o modelo biomédico, que localiza a deficiência no corpo, como uma disfunção orgânica; o modelo social, que pauta a deficiência em termos políticos e sociais; e a perspectiva feminista, também conhecida como segunda geração do modelo social, que complexifica a discussão ao abordar a experiência da deficiência e a interseccionalidade dos corpos com deficiência. O capacitismo é entendido como estando na base de uma lógica social excludente, organizada em torno da corponormatividade compulsória³ (McRuer, 2012; Mello, 2016), isto é, de

³ O termo corponormatividade compulsória foi proposto por Mello (2016) como tradução ao termo *compulsory able-bodiedness*, proposto por Robert McRuer (2012). O autor sugere

haver um nível de capacidade/integridade/funcionalidade corporal/mental que não seria neutro, mas obrigatório de ser atingido.

um padrão de normalidade que faz com que os corpos que dele desviam sejam excluídos e marginalizados.

O capacitismo pressupõe uma padronização do corpo normal e hegemônico, que inclui não somente requisitos estéticos, mas também uma capacidade funcional, performativa e produtiva que as pessoas com deficiência não conseguem alcançar. Na lógica capacitista, o corpo sem deficiência é visto como o corpo típico da espécie humana, o corpo natural e desejado. Consideradas menos capazes, ou mesmo incapazes, as pessoas com deficiência são colocadas numa posição de inferioridade. A forma como a sociedade trata as pessoas com deficiência aproxima o conceito de capacitismo com outras discriminações sociais, como o racismo, o sexismo e a homofobia (Mello, 2016).

Tanto nas narrativas não acadêmicas quanto nas acadêmicas, as imagens das diferentes deficiências são ainda fortemente relacionadas às ideias de falta e de déficit. Marco Antônio Gavério (2020) comenta que a deficiência é frequentemente ligada à noção de aberração, sendo uma espécie de monstro moderno nascido da ambiguidade entre os sentimentos

de repulsa e fascínio em relação àqueles que desviavam do que era considerado a normalidade física e comportamental. Segundo o autor, o termo "*freak*" popularizou-se com os espetáculos itinerantes, as feiras e os circos na Europa do século XIX. Em relação à deficiência visual, Zina Weygand (2005) aponta que a representação negativa das pessoas cegas remonta à Idade Média, às fábulas e ao teatro secular. As pessoas cegas eram personagens rudes e desajeitadas, que poderiam inspirar o riso, o terror e a repulsa.

No campo acadêmico, o capacitismo ainda predomina em grande parte das pesquisas sobre deficiências. Por exemplo, há um grande número de estudos que comparam o desempenho cognitivo de pessoas cegas e de pessoas videntes. Muitos deles adotam como política de pesquisa, de forma mais ou menos explícita, o ponto de vista da pessoa vidente, como se fosse natural haver uma pesquisa do ponto de vista de lugar nenhum. Contudo, o lugar nenhum, que se pretende neutro, é o ponto de vista da pessoa vidente, deixando evidente que o ponto de vista da pessoa cega é inferior.

Neste caso, as deficiências da pessoa cega que são colocadas em destaque. De modo mais ou menos implícito, a percepção visual é considerada a mais adequada, enquanto a percepção dos cegos, baseada principalmente no tato, produziria um conhecimento incompleto e limitado. O mundo percebido pela pessoa vidente torna-se "o mundo real", ou seja, um modelo e um padrão. A percepção da pessoa vidente é entendida como a mais completa, espontânea e natural; em outras palavras, como a percepção normal. A visão é a percepção por excelência de um corpo hegemônico, que corresponde ao padrão de normalidade. Trata-se aqui de um caso bem concreto de corponormatividade compulsória, que se faz presente na elaboração de questionários e tarefas experimentais apresentadas nos estudos tanto quantitativos quanto qualitativos.

Diversas autoras dos estudos feministas da deficiência (*feminist disability studies*) chamam a atenção para a importância da produção de narrativas a partir da experiência da deficiência, como Rosemarie Garland-Thomson (2002, 2005), Debora Diniz

(2007) e Stacy Simpican (2017). Suas pesquisas são uma espécie de resposta à primeira geração do modelo social de compreensão da deficiência – que enfatizou as práticas de opressão social e a luta pela independência individual em detrimento da discussão acerca dos corpos com lesões. As autoras feministas, buscando incluir a experiência de viver com deficiência nas narrativas a partir da deficiência, retomam o problema do corpo com lesão, sem, contudo, recair na concepção característica do modelo biomédico. Assim, as autoras analisam os temas da dor, do cuidado, da própria lesão, da experiência de ambiguidade de deficiências nas quais as lesões não são aparentes, da experiência de pessoas idosas e de grupos interseccionais, como as mulheres com deficiência (Diniz, 2007).

O apagamento de narrativas que relatam a experiência dos corpos de pessoas com diferentes tipos de deficiência, tanto no campo da cultura quanto nas produções acadêmicas, diz respeito ao modo como a sociedade valoriza determinadas experiências em detrimento de outras (Martins, 2013). A corponormatividade compulsória coloca os corpos com deficiência em

uma posição de assujeitamento em relação à hegemonia da normalidade. A noção de normalidade situa o corpo sem deficiência como o corpo natural, conduzindo a práticas de opressão contra os corpos que dela desviam, considerados anomalias da natureza. A corponormatividade compulsória aparece quando os corpos não hegemônicos são considerados patológicos, precisando ser consertados e normalizados, como defende o modelo biomédico (Mello, 2016).

Por outro lado, falar em seu próprio nome em lugar de ter sua condição narrada por outros corpos, falar sobre a experiência de viver com deficiência é promover a politização do privado e da experiência pessoal, procurando trazer à tona duas dimensões da deficiência – a do corpo com lesão e a da opressão social. Através das narrativas encarnadas de pessoas com deficiência, é aberto um espaço para a multiplicidade de experiências vividas, contribuindo para a visibilidade deste grande grupo subalternizado.

Duas pesquisadoras face à experiência da deficiência

O encontro COM pessoas cegas

Nossa pesquisa sobre deficiência visual aconteceu no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro/Brasil, uma instituição que propõe atividades educativas e de reabilitação para pessoas cegas, tendo início em 2005. Os estudos se articularam sempre entre o campo da arte e da cegueira, abordando problemas do campo da psicologia cognitiva da deficiência visual, como o funcionamento da atenção no processo de criação, experiência estética tátil e acessibilidade estética. Em princípio, os estudos foram situados em uma oficina de cerâmica, desdobrando-se em seguida para acessibilidade em museus de arte e para as imagens multissensoriais em sonhos de pessoas cegas congênitas. Grande parte dos resultados da pesquisa é apresentada no livro *Cegueira e Invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade* (Kastrup, 2018) e na dissertação de mestrado *Cartografia, deficiência visual e arte: Acompanhando o processo da acessibilidade no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro* (Guerreiro, 2016).

Enquanto pesquisadoras videntes, o nosso acesso à experiência

de pessoas cegas sempre exigiu muito trabalho. O primeiro desafio foi o de romper com os muitos preconceitos que ainda são comuns. Na comunidade científica, o modelo biomédico, com sua forte ênfase em noções negativas de deficiência, infelizmente ainda continua a ser hegemônico. Em nossas atividades de pesquisa, tivemos que problematizar constantemente o capacitismo estrutural que nos habita clandestinamente. Precisamos cultivar uma atenção aberta e um corpo sensível ao que nos afeta e ao que nos aparece enquanto um problema ou um enigma. Devemos estar atentas às coisas que não compreendemos, que não conseguimos explicar, que ainda não têm um sentido preciso. Manter constantemente a atenção aberta, sem responder automaticamente com atitudes capacitistas arraigadas e com conhecimentos acumulados, exige uma política de pesquisa inventiva que oriente as escolhas teóricas e metodológicas.

A política metodológica PesquisarCOM (Moraes, Kastrup, 2010; Silveira, Moraes, Quadros, 2022) aposta no deslocamento da pessoa com deficiência do lugar de objeto de pesquisa para o lugar de sujeito ativo

com o qual se faz pesquisa, em um movimento de composição. Ao considerarmos o saber que advém da experiência da deficiência, buscamos modos de articular diferenças sem diminuí-las ou hierarquizá-las, afirmando a diferença ao pesquisarmos juntos, ao pesquisamosCOM (Moraes, 2022). Assim, buscamos não somente encontrar soluções para os problemas que colocamos como o objetivo da pesquisa, mas ficarmos atentas e abertas à colocação de novos problemas pelos participantes, que poderiam produzir bifurcações no caminho e reorientar a pesquisa em ciclos inventivos.

No estudo do funcionamento da atenção no processo de criação de objetos de cerâmica por pessoas cegas ou em processo de perda da visão, duas bifurcações interessantes se produziram. O grupo era composto por cerca de 18 participantes, dos quais 14 eram pessoas cegas e 4 tinham baixa visão. Tratava-se de um grupo heterogêneo, com homens e mulheres com idades entre os 30 e os 70 anos, de classe social média e baixa, exercendo profissões como cozinheiro, professor de música, taxista, artista plástico, piloto de automóvel, designer

de joias, mecânico de caminhões, dona de casa etc. A maioria havia frequentado a escola primária e alguns haviam estudado até o ensino médio. Todas as pessoas haviam sofrido uma perda total ou parcial da visão por um acontecimento súbito ou por um processo gradual. Foram constatadas diferenças bastante significativas entre as pessoas participantes quanto à maneira de viver e gerir a deficiência visual, o que pode ser explicado pelo tipo e gravidade do problema, pela história de vida, pela situação atual em relação à família e aos amigos, bem como pelo fato de já terem ou não passado pelos chamados processos de reabilitação. Em toda a sua heterogeneidade, este foi um grupo de pessoas que aceitou o desafio de lidar com a sua condição de pessoas cegas ou com baixa visão por meio de um processo de aprendizagem trabalhoso e inventivo.

Em um primeiro momento, a atenção da pesquisadora e da equipe voltou-se para os gestos de atenção que as pessoas cegas utilizam na criação das peças de cerâmica. Para além da observação semanal e da escrita de diários de campo, foram realizadas 16 entrevistas de

explicitação (Vermersch, 2000) com as pessoas participantes, a quem foi solicitado para descreverem os gestos de atenção utilizados no processo de criação de uma das peças que haviam produzido. A peça era escolhida pela pessoa entrevistada e servia de experiência de referência. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

No início das entrevistas, enquanto trabalhávamos juntos para escolher a experiência de referência a ser descrita, era muito comum que as pessoas entrevistadas dissessem algo como: "Deixa eu te contar como fiquei cega". Na primeira vez, a pesquisadora pensou em desligar o gravador ou em responder algo como "numa próxima vez, você me conta, depois podemos falar sobre isso". Contudo, ela não as interrompeu, ela as escutou com atenção. Eram histórias interessantes, algumas dramáticas, outras curiosas, indicando que, para além da deficiência visual, havia ali vidas em movimento, vidas inventadas e reinventadas, com altos e baixos, erros médicos, medos, silêncios, depressões, insurreições, *insights*, encontros. Este pedido das pessoas participantes foi aceito e produziu uma primeira bifurcação.

Algumas dessas histórias, escritas com base em narrativas criadas a partir da experiência da cegueira, deram origem ao livro *Histórias de cegueiras* (Kastrup & Pozzana, 2016). Houve uma composição entre as pessoas participantes com deficiência visual e a pesquisadora vidente, levando à possibilidade de coletivização da experiência da cegueira. *PesquisamosCOM* e *escrevemosCOM*. As 16 histórias revelaram a heterogeneidade por detrás da categoria identitária "cego" e a presença de vidas para além da deficiência visual.

A partir do material recolhido, decidimos voltar a trabalhar COM as pessoas participantes. Após uma primeira versão das histórias, abrimos uma nova fase de trabalho para a confirmação dos textos pelas personagens do livro. Dependendo das circunstâncias, eles eram lidos em voz alta ou enviados para elas em formato digital. Esta nova fase de trabalho foi importante para fazer correções, acrescentar novas partes ou completar determinadas partes. Durante a leitura com elas, surgiram diferentes impressões: "Oh, meu Deus", "É

verdade", "Que legal", "Ah sim, me lembro disso", "Foi assim mesmo que aconteceu", "Gostaria de acrescentar mais uma coisa. Você pode anotar?", "Obrigado, você me lembrou que minha vida é importante". O livro procurou mostrar a um público não especializado que a representação social da cegueira, ainda fortemente marcada pela ignorância e pelo preconceito, deve ser radicalmente modificada e revertida. A insistência e a força destas narrativas ampliaram o campo da pesquisa. As narrativas revelaram ainda como a problemática do funcionamento da atenção no ateliê de cerâmica se entrelaça com a experiência da cegueira e dos processos de produção de subjetividade.

A segunda bifurcação se deu quando as pessoas entrevistadas colocaram um novo problema: a atenção a si durante o processo de criação e seus efeitos de produção de si. Durante o trabalho no ateliê, sua atenção ficava concentrada no trabalho com o barro, mas percebiam também, numa relação de atenção aberta a si mesmas, sua própria virtualidade, isto é, sua capacidade de criação.

A experiência da cerâmica aparece como aprendizagem inventiva que transcende a adaptação a um mundo pré-existente. É simultaneamente a aprendizagem da cerâmica e a experiência de criação de si, com elementos de surpresa e imprevisibilidade. As pessoas participantes foram unâimes em afirmar que a oficina de cerâmica mudou suas vidas e que os produtos mais importantes do trabalho talvez não fossem as peças de cerâmica, mas elas mesmas (Kastrup, 2018). As pessoas entrevistadas apontaram que a atividade de criação desencadeia processos de mudança na relação consigo mesmas e de produção de subjetividade, com a mobilização de uma certa atenção a si. A prática da cerâmica produz o sujeito e o objeto, o si e o mundo.

A narrativa de suas histórias e o problema da atenção a si durante o processo de criação e seus efeitos de produção de subjetividade foram duas bifurcações importantes. A política epistemológica PesquisarCOM fez com que o encontro com as pessoas entrevistadas desse origem a dois novos problemas, que acolhemos e abordamos. Tais problemas foram

colocados a partir das narrativas das pessoas com deficiência visual sendo articulados por meio de narrativas acadêmicas das pesquisadoras videntes. Sua inclusão não se fez sem hesitações e tensões, mas surgiu como incontornável. Não pareceu eticamente possível perceber a diversidade das narrativas e apagá-las numa suposta homogeneidade. Moraes e Tsallis (2016) pontuam que uma das formas que o escreverCOM pode assumir é a de contar histórias de vidas marcadas pela experiência da cegueira. A escrita COM pessoas com deficiência visual, além da afirmação da composição com pessoas com deficiência visual, aparece como o compromisso epistemológico de problematizar e resistir às narrativas de corpos não situados, vindas do ponto de vista de lugar nenhum.

Em busca da fala encarnada

Proposto pela abordagem da enação de Francisco Varela, o conceito de cognição encarnada refere-se à cognição na qual a mente e o corpo estão unidos. Na vida cotidiana ordinária, a mente e o corpo podem ficar dissociados, como quando não estamos atentos e conscientes de onde

estamos e do que a nossa mente ou o nosso corpo estão fazendo. Por outro lado, é possível mudar a forma como situamos a nossa atenção, levando a mente e o corpo a reunir-se novamente, mantendo uma coordenação mais completa. Neste sentido, toda cognição é situada. Buscar ter uma visão a partir de lugar nenhum é algo paradoxal, pois significaria ter uma visão a partir de um lugar preso a preconceitos. Assim, significaria estar pouco atento a suas próprias atividades cognitivas.

A abordagem da enação e os estudos sobre a cognição encarnada sublinham que a percepção (e a cognição, em geral) não é a representação de um mundo pré-existente, mas um processo de invenção de si e do mundo, produzido por uma dinâmica de co-engendramento. Em suma, ressaltam que não existe uma percepção única ou uma forma normal de conhecer, de agir e de estar no mundo. Apesar disso, a ideia de corponormatividade compulsória prevalece ainda hoje, realçando a dimensão política do problema, para além de uma discussão cognitiva, que se destaca ainda mais pelo conceito de capacitismo.

Neste contexto, utilizamos em diversos momentos de nossa investigação a entrevista de explicitação, proposta por Pierre Vermersch (2000) no âmbito das metodologias de primeira pessoa em psicologia fenomenológica. Essa entrevista busca acessar a dimensão pré-reflexiva da experiência, que nem sempre é fácil de descrever. O processo de explicitação pode levar à conscientização de aspectos anteriormente desconhecidos. A entrevista se articula em torno de um "*vécu de référence*", que traduzimos como "experiência de referência" geralmente definida em comum acordo entre a pessoa que entrevista e a pessoa entrevistada. O objetivo é criar condições para a pessoa entrevistadora conhecer os processos cognitivos subjacentes à realização de uma tarefa, auxiliando a pessoa entrevistada a se auto-observar e a fazer uma narrativa descritiva de sua experiência.

A entrevista de explicitação busca que a pessoa entrevistada assuma uma posição de fala encarnada, oriunda da experiência, e não uma posição de fala exterior à experiência. A experiência é sempre

concreta e singular. A pessoa entrevistada deve se afastar da posição da fala abstrata, caracterizada por comentários genéricos, como "eu faço sempre assim" ou "geralmente, eu faço assim", para aproximar-se da posição de fala encarnada. Toda a entrevista gira em torno da experiência de referência. Não se trata de deixar a pessoa falar livremente, deixando com que ela faça as associações que lhe vêm à cabeça, mas de acessar essa experiência singular. Um gesto importante na condução da entrevista é o relance – gesto no qual a pessoa entrevistadora convida a pessoa entrevistada a voltar à experiência de referência, como que dizendo "Vamos voltar lá". Existem várias estratégias para acessar progressivamente a experiência que está sob investigação, tais como a utilização de pistas sensoriais, bem como evitar a racionalização e a generalização. Há diversos elementos concernentes à técnica de condução da entrevista, que Pierre Vermersch (2000) explica detalhadamente em seu livro.

Por certo, narrativas encarnadas baseadas em experiências multissensoriais podem ser encontradas em vários textos

acadêmicos de autoras e autores cegos, que abrem horizontes a partir de um duplo movimento: permitem valorizar as experiências concretamente vividas e podem também abrir caminhos para mudanças na configuração das narrativas sobre a cegueira e outras deficiências. Pesquisadores como Pierre Villey (1914), Evgen Bavcar (1992), Joana Belarmino (2009), Bertrand Verine (2014) e Georgina Kleege (2018), entre outros, colocam problemas fundamentais e constroem narrativas a partir da experiência da cegueira. Estes autores e autoras nos obrigam a refletir e a perceber a importância da produção de conhecimento por pessoas cegas que escrevem.

Todavia, as próprias pessoas cegas vivem muitas vezes sob a égide do paradigma visuocêntrico e reproduzem narrativas capacitistas. Mesmo sem a visão, a referência ao mundo visual está onipresente, como se essa fosse a forma normal de viver no mundo. Com essa referência, a condição de cegueira torna-se uma condição de inferioridade. De acordo com Bertrand Verine (2014), a análise da produção escrita de pessoas cegas em jornais voltados para as próprias

peessoas cegas evidencia que elas integram em seu discurso a suposta inferioridade dos sentidos não visuais. Nesse caso, podemos dizer que o corpo cognitivo da pessoa cega foi alienado do processo de conhecimento, dando origem a um conhecimento abstrato, baseado em narrativas de videntes, não na sua própria experiência direta.

A análise do verbalismo permite-nos ir mais a fundo neste tema. Afirma-se frequentemente que a linguagem das pessoas cegas é caracterizada pelo verbalismo, ou seja, pelo uso de enunciados abstratos, que não se baseiam na experiência perceptiva direta e concreta, mas na narrativa de pessoas videntes (Lewi-Dumont, 2012). É possível notar que o verbalismo de fato aparece nas narrativas de pessoas cegas quando elas dialogam com pessoas videntes. Todavia, segundo a análise de Verine (2014), trata-se na maior parte das vezes de uma estratégia de inclusão em um mundo visuocêntrico. Neste sentido, o verbalismo inscreve-se numa relação hierárquica, marcada pelo capacitismo, com um baixo coeficiente de negociação. Por fim, o uso da linguagem abstrata reforça que as

experiências sensoriais e perceptivas das pessoas cegas sejam apagadas e silenciadas (Kastrup & Valente, 2018).

Ao enfatizar a importância da presença de narrativas encarnadas em textos acadêmicos, procuramos chamar atenção para o risco de perpetuarmos as narrativas abstratas, que ainda são hegemônicas, produzidas por pessoas pesquisadoras a partir do ponto de vista de um observador externo, tentando produzir conhecimento a partir de lugar nenhum, silenciando com isso as narrativas pautadas na experiência da deficiência. Todavia, é preciso estar sensível e atento de que o lugar da pessoa pesquisadora também é localizado e que é, muitas vezes, de uma pessoa sem deficiência.

Vale sublinhar que a experiência da deficiência, embora singular, possui uma dimensão coletiva. Advertidas pelo modelo social da deficiência, nos afastamos de uma perspectiva individualista e entendemos a deficiência como uma produção social. Ainda que portando uma dimensão singular experimentada por cada corpo não hegemônico, a experiência da deficiência e a narrativa nela pautada não podem ser dissociadas das

práticas sociais de opressão e exclusão, que são produtoras de sofrimento. Por sua vez, as narrativas da deficiência que falam não somente da vivência de alguém, mas que têm a potência de tocar e afetar outras pessoas, contribuem para a desconstrução de estereótipos existentes. Deste modo, buscamos conhecer a multiplicidade de formas de estar no mundo para desconstruir a ideia de inferioridade dos corpos com deficiência.

Quando a deficiência marca o corpo da pesquisadora: metodologias para a escrita acadêmica a partir da experiência da deficiência

Uma das autoras deste texto identifica-se como uma mulher com deficiência. Ao perceber que o seu corpo era atravessado pelas categorias de gênero e deficiência, fez desta questão de vida uma questão de pesquisa, que acabou desenvolvendo em sua tese de doutorado. Temos aqui, portanto, um ponto de virada: a deficiência aparece como marca da experiência da pesquisadora e não somente da experiência das pessoas COM quem se pesquisa. Isto nos leva a algumas questões: como a narrativa

encarnada da pesquisadora pode compor a pesquisa? Como a escrita da pesquisa pode ir para além de um relato de experiência pessoal, fazendo falar também outros corpos com deficiência? Como dar espaço às narrativas dessas experiências, problematizando a inferioridade desses corpos não hegemônicos? Pensamos que a escrita acadêmica a partir da experiência, isto é, situada e encarnada, pode funcionar como ferramenta política importante para afirmar a multiplicidade de modos de existir.

A autora feminista brasileira Cristina Ribas (2019) oferece uma pista ao afirmar a importância de pesquisarmos a nós mesmas, colocando-nos no processo de transformação provocado pela própria pesquisa. A auto-observação aparece como um processo que opera em um modo de autoprodução e de invenção de si. Contudo, existe a necessidade de irmos além da máxima "o pessoal é político", considerando que a escrita é uma intervenção em nós mesmos e no campo de pesquisa, e que os efeitos transformadores desse processo devem ganhar ressonância. Escrever a partir da experiência, seja uma escrita acadêmica ou não, pode desencadear

uma transformação nos modos de pensar e abrir possibilidades para outras formas de viver.

Escritoras feministas negras podem ser interlocutoras importantes para pensarmos a deficiência a partir do pensamento feminista, para reconhecermos o lugar social das mulheres com deficiência. Segundo a autora feminista negra brasileira Djamila Ribeiro (2017, p. 59-60) "um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala daquelas que propõem pontos de análise de realidades até então ignoradas pela normalização hegemônica". A autora propõe o conceito de lugar de fala a partir das discussões das *standpoint theories*, ou teorias feministas de ponto de vista⁴. Segundo Ribeiro, há um mal-entendido quando o conceito de lugar de fala é tomado como um lugar pessoal, individual, e não como a experiência de um grupo que ocupa um determinado lugar social. É a partir do lugar social em que nos situamos que podemos falar das experiências de nossos corpos no mundo. Assim, todos os sujeitos têm um lugar de fala, a partir

do grupo social ao qual pertencem. O conceito de lugar de fala adquiriu um escopo mais amplo, sendo estendido à reflexão das narrativas de outros grupos minoritários para além da raça.

Rosemarie Garland-Thomson (2002), pesquisadora com deficiência e autora do campo de estudos feministas da deficiência, faz uma importante provocação ao problematizar a expressão *standpoint*, encontrada nas *standpoint theories*. A autora propõe um conceito crítico que ela chama de *sitpoint*, já que *sit* significa estar sentado, ao contrário do termo *stand*, que significa estar de pé. Garland-Thomson busca questionar os pressupostos capacitistas da noção de *standpoint theory*, propondo que se considere também o ponto de vista das pessoas que não ficam de pé, já que os feminismos da teoria *standpoint* nem sempre levam em conta as experiências de opressão das mulheres com deficiência. Tão importante quanto a construção de uma teoria do *sitpoint* é que a teoria do *standpoint* possa se posicionar de forma anticapacitista, ao considerar o ponto de vista das

⁴ As perspectivas feministas de ponto de vista consideram que o lugar social de onde vemos o mundo determina não somente a nossa visão

do mundo, mas também aquilo que vemos e o que dizemos sobre o que vemos (Haraway, 1995).

mulheres com deficiência (Garland-Thomson, 2002). Para isso, é necessário que esses corpos possam falar a partir de sua experiência e que essas vozes sejam ouvidas.

Na mesma direção, Stacy Simpican (2017, p. 49) ressalta que algumas metodologias de escrita feminista, utilizadas por mulheres com deficiência, conseguem expressar este outro ponto de vista, o *sitpoint*. A *Life-writing*, que podemos traduzir como escrita de vida, é uma metodologia muito utilizada nos estudos feministas da deficiência. Este tipo de escrita permite relatar o cotidiano das mulheres com deficiência, narrando a violência, explícita ou sutil, cometida por diferentes setores da sociedade. Essas narrativas também conseguem revelar experiências vividas por pessoas com deficiência que pessoas sem deficiência não conseguem imaginar, em situações corriqueiras e comuns, contribuindo para a desconstrução do estigma do lugar de incapacidade no qual as pessoas com deficiência são colocadas. As *life-writings* são testemunhos encarnados da experiência de determinados corpos no mundo e, em última instância, podem se apresentar como uma

grande oportunidade para as pessoas repensarem seus lugares e práticas diante da deficiência.

A autora salienta que a *life-writing* é uma poderosa ferramenta de escrita narrativa para cultivar o que ela chama de *stranging sensivity*, isto é, um sentimento de estranhamento em relação à deficiência. Simpican argumenta que "muitas escritoras do feminismo da deficiência têm descrito suas experiências de serem ou tornarem-se pessoas com deficiência, para mostrar como a experiência pessoal pode contradizer as normas capacitistas" (Simpican, 2017, p. 48). As narrativas em primeira pessoa contribuem para que as pessoas que as leem possam estranhar as imagens preconcebidas que temos da deficiência, como a suposição de que a deficiência envolve somente experiências de tristeza ou dor. Deste modo, a *life-writing* não consiste apenas no registro de uma experiência pessoal, mas sobretudo de narrativas de experiências de vida que podem tornar-se um meio para a compreensão de um fenômeno social, a partir da experiência situada de mulheres com deficiência.

Em um artigo em que analisa diferentes trabalhos literários de mulheres com deficiência, como livros, artigos e ensaios, Garland-Thomson (2005) propõe uma modalidade de escrita a partir da experiência da deficiência que ela chama de *situated theory* (que podemos traduzir como teoria situada). O tipo de escrita que compõe a *situated theory* diferencia-se tanto dos estudos críticos tradicionais quanto da escrita de relatos e memórias pessoais da experiência da deficiência. Ancorada no *life-writing*, a *situated theory* acontece quando, a partir da narrativa de suas próprias experiências de vida, as autoras, mulheres com deficiência, tecem problematizações e análises de questões que envolvem a intersecção de gênero e deficiência, como questões específicas da sexualidade, aparência, identidade, dentre outras. Segundo a autora, na *situated theory* há um modo complexo e sofisticado de explorar as questões da deficiência a partir do ponto de vista da mulher com deficiência, que coloca seu corpo e experiência como base para a elaboração de um pensamento crítico. Garland-Thomson (2005) afirma a importância da intervenção na

dimensão cultural para a desconstrução de estereótipos e da negatividade que a imagem da deficiência carrega.

Após ter feito pesquisa COM pessoas cegas, a pesquisadora com deficiência física, que é também autora deste artigo, sentiu tornar-se vital trabalhar e escrever a partir da sua experiência de deficiência. Deste modo, ela produziu em sua tese de doutorado “Fazer um corpo todo de escuta: uma travessia existencial” (Guerreiro, 2021) uma espécie de cartografia feminista – uma cartografia do processo de tornar-se mulher com deficiência física e de afirmar esse lugar.

A cartografia é um método de pesquisa que segue na mesma direção da etnografia: pesquisa de campo, acompanhamento de processos e relação direta com os participantes, incluindo como um novo problema o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo e a importância de manter uma atenção aberta. A cartografia vem sendo desenvolvida no Brasil como método de pesquisa acadêmica (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Passos; Kastrup; Tedesco, 2014) e é definida como uma pesquisa-

intervenção participativa e inventiva, onde a atenção do pesquisador está sempre aberta para o surgimento de problemas de pesquisa no campo. O conhecimento é produzido quando trabalhamos COM os participantes, criando um plano comum.

Foi a partir do corpo que a pesquisadora começou a escrita de sua tese de doutorado – não somente na sua experiência pessoal, mas sobretudo através dos afetos gerados pelos encontros com outros corpos marcados pela experiência da deficiência. Ela narra como os seus gestos corporais se alteraram gradativamente em consequência de uma doença neurológica, e os efeitos dessas alterações para além da experiência física/corporal. A partir do momento em que os seus gestos começaram a parecer patológicos, a sua experiência de mundo mudou – começou a ser vista e tratada de forma diferente pelas outras pessoas, que começaram a tratá-la com hostilidade ou pena. Os tropeços e a instabilidade corporal que passaram a marcar seu caminhar de forma mais intensa tornaram-se motivo de vergonha e de sentimentos de inadequação e incapacidade. No entanto, o ingresso

em um movimento social feminista de mulheres com diferentes deficiências levou a pesquisadora a perceber outras questões que atravessavam a vida das mulheres. Foi a experiência coletiva da deficiência que a levou a escrever:

Precisei fazer do corpo pesquisante um corpo de pesquisantes, múltiplo e largo, para que minha voz se tornasse polifônica e ganhasse a potência de ir para além de mim. Escrevo para me desfazer, para me pulverizar, para ganhar força e consistência no encontro com outras histórias. Apesar de contar um pouco da minha história por meio desta pesquisa, busco fazer, por meio da escrita, com que outras vozes também possam ser escutadas. Não é sobre mim, mas a partir de mim, da experiência do meu corpo, que as questões de pesquisa foram se recolocando e novas questões foram surgindo (Guerreiro, 2021, p. 22).

A pesquisadora com deficiência pôde construir uma narrativa sobre o processo de se tornar uma mulher com deficiência e de se apropriar deste lugar a partir do encontro com outras mulheres com deficiência em seu campo de pesquisa. Com elas aprendeu que precisamos positivar o que escapa ao hegemônico, ao normativo, e descobrir as suas possibilidades.

Foi assim que ela propôs a ideia de uma cartografia aos tropeços, incorporando na sua pesquisa os gestos corporais da sua deficiência física. O tropeço surge literalmente como uma marca que fez bifurcar o seu percurso de investigação. Deste modo, ela propõe pensar o tropeço no sentido literal, como um gesto metodológico de pesquisa, indicando a instabilidade e o desvio como caminhos possíveis de pesquisa e de vida (Guerreiro, 2021).

A metáfora de caminhar no campo de pesquisa é frequentemente utilizada para escrever sobre métodos. A ida ao campo de pesquisa não pressupõe necessariamente uma hipótese inicial a ser confirmada ou refutada, mas sim uma atenção aberta e uma espécie de receptividade ativa ao que pode colocar novas questões sobre um determinado tema. Os encontros que ocorrem durante o processo de pesquisa são vistos como material de trabalho relevante, pois seus efeitos transformam não somente o campo estudado, mas também a própria pessoa que pesquisa (Passos, Kastrup, Escóssia, 2009). Dessa forma, a escrita é encarnada, na medida em que considera as percepções e sensações da pessoa pesquisadora em

seus encontros com o campo. O processo de pesquisa se faz na composição da pessoa que pesquisa com seu campo e com as questões que se abrem. Os caminhos de pesquisa podem sempre mudar em função do que encontramos, podendo nos fazer desviar e abrir novas vias de investigação e problematização.

Por sua vez, o tropeçar e o cambalear produzem uma desestabilização, que pode estar tanto no corpo como em supostos estados de equilíbrio há muito tempo estabelecidos e, por isso, tidos como naturais. Operando como dispositivos encarnados, estes gestos são movimentos-funções que fazem ver e falar a deficiência, ao disparar e captar os enunciados que a produzem, as relações de poder que a envolvem e os seus efeitos tanto em pessoas com deficiência quanto em pessoas sem deficiência. O tropeço é o traço de seu deslocamento ao caminhar e, ao contar a história de seu corpo, de seus encontros COM outros corpos e suas experiências, sempre mediadas pela deficiência, realiza uma escrita de pesquisa cujo objetivo não é somente contribuir para a produção de conhecimento, mas também

transformar o tipo de narrativa acadêmica sobre a deficiência e a própria vida.

A invenção de uma cartografia aos tropeços (Guerreiro, 2021), em consonância com a *situated theory* (Garland-Thomson, 2005) considera que a experiência do corpo que pesquisa está inteiramente imbricada nos modos de fazer que costuram um método e que são impregnados pelos movimentos desse corpo. O cambalear e o tropeçar são capazes de produzir tensões, desvios e deslocamentos, provocando novos arranjos e novas conexões a partir da experiência da deficiência. Atenta ao que o tropeço produz no corpo como sensação, há uma receptividade ativa aos seus efeitos de produção-transformação de si nesse processo. Assim, esses gestos não são apenas detalhes na construção desta pesquisa. Eles são o traço da deficiência, a experiência encarnada da deficiência que aparece no pensamento, na condução da pesquisa e na escrita, que só são possíveis coletivamente.

Ao encontrar-se COM outras mulheres com deficiência, a pesquisadora com deficiência deu-se conta de que era necessário construir

uma narrativa a partir do seu lugar de mulher com deficiência física. Na sua tese de doutorado, ela pôde contar a história da passagem de pesquisadora vidente à pesquisadora com deficiência física, abrindo um novo campo de investigação, de trabalho e de percepção de si. A travessia do processo de se tornar uma mulher com deficiência foi traçada através da problematização desse lugar – longe de ser uma tragédia pessoal, a deficiência é uma questão social e, portanto, uma questão coletiva e política. Por isso, a escrita da tese foi um exercício de narrativa a partir da experiência da deficiência, por estar baseada na escuta de si e de outros corpos com deficiência.

Composições em torno de uma lacuna e a busca do comum

A questão que atravessou este estudo foi a importância da produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. As narrativas encarnadas podem ajudar a transformar a compreensão da deficiência, que atualmente ainda está ligada à noção de déficit, e a criar outras imagens do corpo com deficiência. Não se trata apenas de um problema teórico, mas

de um problema que diz respeito às políticas de pesquisa. No contexto dos textos acadêmicos e universitários, que constituíram o foco deste artigo, a entrevista de explicitação surge como uma estratégia que cria condições para a produção de relatos e narrativas que não são somente sobre a experiência, mas que partem do interior da experiência. O risco do discurso abstrato parece assombrar todas as pessoas com deficiência, cujos corpos escapam à normatividade.

Os corpos das mulheres com deficiência encontraram um lugar especial na nossa discussão, na medida em que uma das autoras se reconhece como uma mulher com deficiência física. Graças ao exercício de escuta do corpo em busca de si mesmo, tornou-se possível escutar outros corpos e assim, a própria pesquisa. O exercício da escrita na primeira pessoa, tal como as técnicas feministas da *life-writing* e da *situated theory*, permite-nos falar a partir da experiência viva da deficiência, o que nos insere numa discussão sobre os diferentes efeitos das narrativas a partir e sobre a deficiência. Uma vez que as narrativas acadêmicas que ainda são hegemônicas sobre a deficiência

partem da perspectiva do pesquisador que pensa ocupar o ponto de vista de lugar nenhum, o corpo com deficiência aparece em oposição ao corpo da normalidade, reforçando os saberes baseados no modelo biomédico acerca da deficiência. Assim, para podermos firmar o compromisso de resistir às narrativas desencarnadas da deficiência, afirmamos a importância do *sitpoint*, ou o ponto de vista de corpos que não ocupam posições hegemônicas, seja a partir de narrativas escritas COM pessoas com deficiência ou em narrativas escritas por elas mesmas.

Aqui reencontramos a distinção entre narrativa encarnada e narrativa abstrata: enquanto a narrativa encarnada é baseada na experiência vivida de um corpo no mundo, com o poder de produzir estranhamento e problematizar as imagens negativas e naturalizadas que temos da deficiência, a narrativa abstrata é afastada da experiência vivida da deficiência, que reproduz o que é dito sobre a experiência considerada normal, relativa a corpos sem deficiência. O corpo deficiente, considerado abjeto, é sempre contestado pelo corpo da norma, como se algo faltasse a ele. É,

pois, necessário desnaturalizar o corpo sem deficiência como o corpo típico da espécie humana, afirmando a legitimidade das experiências de vida com deficiência.

Abordamos o problema das narrativas encarnadas, colocando o problema da investigação e da produção de textos acadêmicos por pesquisadoras com e sem deficiência. Nos situamos, na escrita deste artigo, a partir do lugar de pesquisadoras videntes que trabalham com a cegueira, sendo uma de nós sem deficiência e a outra uma pesquisadora com deficiência física. O problema da composição de pessoas com e sem deficiência na produção de narrativas a partir da experiência da deficiência levou-nos a observar e tomar em consideração a presença de uma lacuna, ao mesmo tempo incontornável e fértil, entre as narrativas de pessoas, de mulheres, no nosso caso, que escrevem de forma encarnada.

A abordagem de François Julien (2016) ao problema da identidade cultural fornece algumas pistas para esta discussão. Segundo Julien, a diversidade não se inscreve no registro do homogêneo, que se baseia na similitude, nem no registro do universal,

que é um horizonte regulador. A diversidade se inscreve no registro do comum. O comum é um conceito político, que abraça a diversidade e inclui o heterogêneo. Não é dado de antemão, mas deve ser construído. Para gerir a diversidade das culturas, a proposta é evitar tratar o problema através da oposição moderna entre diferença e identidade. Em vez da diferença entre culturas, sugere que se aborde a relação com a diversidade em termos de lacuna ou hiato (*écart*), recursos e fecundidade, e não a partir da noção de identidade.

Nessa direção, as duas posições de fala/narrativa – de pessoas com e sem deficiência – são colocadas frente a frente. A distância, assim como a tensão, é mantida. O frente a frente permanece intensivo, como uma tensão ativa, em que os termos nunca param de se descobrir, explorar e refletir um sobre o outro. Um depende dos recursos do outro para se conhecer, sem pender para o que seria a identidade, o eu. Por último, a lacuna é uma distância aberta entre uma posição e outra, revelando um “entre dois” ativo e inventivo, que trabalha para fazer transbordar as identidades, conduzindo a uma aprendizagem

frutuosa e à exploração da riqueza e dos recursos de cada pessoa. Ambos os lados – pessoas com e sem deficiência – não cessam de se colocar questões. Cada um é preocupado com o outro. A lacuna se abre, faz pensar e cria condições para o surgimento de outras possibilidades de relação e outros modos de estar no mundo.

O hiato e a tensão do encontro entre duas posições distintas apresentam, também, o risco de que esse encontro recaia numa relação hierárquica, o que contribuiria para a manutenção da lógica do capacitismo. Nesse caso, não haveria abertura para a escuta da narrativa do corpo inferiorizado, ou seja, do corpo não hegemônico, e poderíamos continuar a reproduzir ou uma narrativa abstrata ou impressões equivocadas sobre aquele cuja experiência desconhecemos. Não há garantias. Este é um risco constante, pois é fácil escorregar em direção ao hegemônico. Devemos sempre cultivar uma espécie de receptividade ativa, uma disponibilidade para nos despojarmos das imagens prévias que tínhamos do outro e para nos deslocarmos do lugar daquele que fala para o lugar da escuta aberta. Desta forma, torna-se possível

aprender uns com os outros para a construção do comum.

Pensar a composição de narrativas acadêmicas de pessoas com e sem deficiência em termos de lacuna ou hiato, distância e recursos, pode ajudar a atravessar fronteiras e contribuir para a construção de um mundo comum e heterogêneo. Nestes termos, não buscamos homogeneizar as narrativas, mas apostar nos encontros, reconhecer as distâncias, apoiar tensões férteis e criar composições e articulações não-hierárquicas e não-capacitistas. Com este estudo, pensamos ter colocado um problema, sem tê-lo resolvido de forma alguma. Várias questões interessantes, como a narrativa encarnada dos textos literários, bem como as discussões envolvendo outros aspectos da interseccionalidade da deficiência para além do gênero, foram deixadas de lado. Enfim, esperamos ter trazido uma pequena contribuição ao campo dos estudos da deficiência e esperamos que nossa investigação abra novas discussões e estimule novas pesquisas.

Referências

BAVCAR, Evgen. *Le voyeur absolu*. Paris: Seuil, 1992.

BELARMINO, Joana. O que percebemos quando não vemos. *Fractal: Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 21, n. 1, p. 179-184, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4736>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming feminist theory. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002. Disponível em: https://www.english.upenn.edu/sites/www.english.upenn.edu/files/Garland-Thomson_Rosemarie_Disability-Feminist-Theory.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Feminist Disability Studies. *Signs*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/423352>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Aberrações tropicais: representações da monstruosidade no teatro Latino-Americano. *Áskesis*, v. 9, n. 2, p. 188-

192, 2020. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/548/347>. Acesso em: 09 jan. 2025.

GUERREIRO, Raquel. *Cartografia, deficiência visual e arte: acompanhando o processo da acessibilidade no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUERREIRO, Raquel. *Fazer um corpo todo de escuta: uma travessia existencial*. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 03 fev. 2025.

JULIEN, François. *Il n'y a pas d'identité culturelle*. Paris: L'Herne, 2016.

KASTRUP, Virgínia. *Cegueira e Invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

KASTRUP, Virgínia; POZZANA, Laura. *Histórias de cegueira*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

KASTRUP, Virgínia; VALENTE, Dannyelle. How to make the body speak? Visual disability, verbalism and embodied speech. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, p. 572-583, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7LKk6ZZx4Q3MPHSzLGSq9JF/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 03 fev. 2025.

KLEEGER, Georgina. *More than meets the eye*. What blindness brings to art. Oxford: University Press, 2018.

LEWI-DUMONT, Nathalie. *Langage. Voir [barré]*, 38-39, p. 174-183, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. Pesquisa acadêmica e deficiência visual: resistências situadas, saberes partilhados. *Revista Benjamin Constant*, v. 19, p. 55-66, 2013. Disponível em: <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/378>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MCRUER, Robert. Compulsory able-bodiedness and queer/disabled existence. In: HALL, Donald E. & JAGOSE, Annamarie (eds.), *The Routledge Queer Studies Reader*. Abingdon: Routledge. pp. 488-497, 2012.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hg v5TYZgWbKvspRtF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, v. 6, n. especial, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380>. Acesso em: 05 fev. 2025.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: permanências e reparações. In: SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo (orgs.). *PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia*. Rio de Janeiro: NAU Editora, pp. 21-42, 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliane. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. v. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIBAS, Cristina. *Feminismos bastardos, feminismos tardios*. São Paulo, N-1 Edições, 2019. Série Pandemia.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. Feminismos plurais.

SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo. *PesquisarCOM: caminhos férteis para*

a pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022.

SIMPLICAN, Stacy Clifford. Feminist disability studies as methodology: life-writing and the abled/disabled binary. *Feminist Review*, v. 115, n. 1, p. 46-60, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44987292>. Acesso em: 05 fev. 2025.

VERINE, Bertrand. *Dire le non-visuel. Approches pluridisciplinaires des discours sur les perceptions autres que la vue*. Liège: Presses universitaires de Liège, 2014.

VERMERSCH, Pierre. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Moulineaux: ESF, 2000.

VILLEY, Paul. *Le Monde des Aveugles, essai de psychologie*. Paris: Flammarion, 1914.

WEYGAND, Zina. *Vivre sans voir. Les aveugles dans la société française, du Moyen Âge au siècle de Louis Braille*. Paris: Créaphis, 2003.